



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)  
*Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*  
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)  
ISBN 978-989-95500-1-8

---



## O Percurso Profissional dos Licenciados em Jornalismo num Contexto de Mudança: o caso da Universidade do Minho

SANDRA MARINHO

*Universidade do Minho* ~ marinho@ics.uminho.pt

### Resumo:

As mudanças que, nos anos mais recentes, têm ocorrido no campo do jornalismo e no exercício da profissão de jornalista, a par de todo o sector da Comunicação Social, deverão ser, em nosso ver, motivo de reflexão nas Universidades e nos projectos de ensino em Jornalismo. Entendemos que dois aspectos essenciais deverão ser objecto de reflexão e discussão: o desequilíbrio entre a oferta de licenciados e de licenciaturas e a procura de jornalistas e, ainda, o cenário de reestruturação dos curricula, suscitado por Bolonha, mas cada vez mais exigido pela necessidade de formar os futuros jornalistas tendo em conta as novas exigências e desafios colocados pelas mudanças na profissão, nomeadamente no contexto do digital.

Necessária e urgente, a qualidade desta reflexão dependerá, contudo, da recolha de informação que a possa esclarecer, nomeadamente o percurso profissional dos licenciados dos últimos anos e a sua opinião acerca da formação que receberam. Não se esgotando aqui a discussão, acreditamos que estes dados constituem uma base importante de debate. Nesta comunicação, apresentaremos a informação relativa ao percurso profissional dos licenciados em Comunicação Social, pela Universidade do Minho, da especialidade de Jornalismo, de 2003 a 2006. Pretende-se, com a análise dos dados, evidenciar algumas características do percurso dos inquiridos, mas também identificar tendências na evolução da sua empregabilidade, dados que, acreditamos, podem contribuir para a qualidade da discussão sobre o ensino do jornalismo.

### Palavras-chave:

empregabilidade; licenciados; jornalismo

---

### 1 – A monitorização da empregabilidade: as vantagens, os recursos e os dados disponíveis

O trabalho que aqui apresentamos sobre a integração profissional dos Licenciados em Comunicação Social, na especialidade de Jornalismo, pela Universidade do Minho, é encarado como parte de um modelo para a avaliação da qualidade da formação em jornalismo, particularmente a que é oferecida ao nível do Ensino Superior<sup>1</sup>. Vemos a integração profissional, aliás, como um componente de uma dimensão mais vasta, a da “relação com o mercado”, a par de outros, como a

---

<sup>1</sup> O conceito de formação em Jornalismo que julgamos ser o mais eficaz para compreender este campo não se limita, de forma alguma, ao Ensino Superior. Pelo contrário, é indispensável considerar a “formação em serviço” e o papel de instituições como o CENJOR; a formação que as próprias empresas organizam; e ainda, num plano mais informal, toda a aprendizagem que resulta do próprio exercício da profissão e da vida nas redacções. Tendo em conta que em Portugal não é obrigatório ter um curso superior para ser jornalista, nem faria sequer sentido que assim não fosse. No caso específico desta investigação, contudo, centramo-nos unicamente no ensino superior do Jornalismo/Comunicação.

participação do “mercado” na formação (profissionais e empregadores), por via da docência ou da colaboração em “Conselhos Estratégicos”, à semelhança do que tem vindo a acontecer noutros países, como é o caso dos Estados Unidos (Wanta, 2007); por via de “sistemas de acreditação/certificação” dos projectos de ensino que envolvam os profissionais (Frost, 2007; Wanta, 2007); ou ainda através da realização de estágios, curriculares e não curriculares, como parte integrante da avaliação dos estudantes. Para além de fazerem parte desta dimensão essencial, admitimos que os índices e padrões de empregabilidade podem ser encarados como um indicador da qualidade de um projecto de ensino, enquanto medida de sucesso e reconhecimento da formação. Esta é, contudo, uma questão que deverá ser objecto de maior clarificação, sob pena de a fácil e sedutora utilização deste tipo de indicador resultar em análises simplistas e enviesantes quando se fala da qualidade dos vários cursos.

O emprego e a transição para o mercado são problemáticas que não têm estado ausentes das preocupações dos decisores políticos, dos projectos de ensino e dos académicos. Sousa (2007) explica desta forma o aumento do interesse sobre o assunto, na última década, em Portugal:

*“Esta preocupação intensificou-se com a progressiva massificação do Ensino Superior, com o aumento da competitividade no mercado de trabalho e a procura de novas competências e perfis profissionais, com o aumento das taxas de desemprego, com a precariedade laboral (que já não afectam somente os que não detêm um diploma) e a com a incompatibilidade cada vez mais frequente entre qualificações adquiridas, saídas profissionais e realizações pessoais.” (Sousa, 2007: 35)*

Este autor dedicou-se a tratar o tema da integração e dos percursos dos diplomados, do ponto de vista da mobilidade, ou seja, procurou perceber de que forma o acesso a um diploma no Ensino Superior acarreta mudanças ao nível da mobilidade social e geográfica (Sousa, 2007). Outros autores (Figueira e Granado, 2004; Marinho e Silva, 2007) investigaram a situação profissional dos licenciados em Jornalismo e Ciências da Comunicação no contexto nacional e, no plano internacional, são diversos os estudos desenvolvidos, pelo que limitamo-nos a relembrar os trabalhos do investigador Miguel Túñez, para o caso galego (Túñez e Garcia, 2000; Túñez *et alii*, 2004; Túñez *et alii*, 2007).

Perante este interesse por parte de investigadores e académicos, poder-se-ia pensar que teríamos uma boa base de trabalho para comparar tendências, fazer previsões ou propor estratégias conjuntas para a resolução de alguns problemas. De facto, isso não é verdade. Tanto no caso dos trabalhos citados como do que aqui apresentamos, não há consonância de metodologias, modelos de análise, instrumentos de recolha ou até dos períodos temporais em análise. Esta circunstância, a nosso ver, empobrece a investigação na área e acaba por funcionar com um entrave a outro tipo de trabalhos, da ordem do diagnóstico ou mesmo da “prescrição”. Acaba, assim, por haver um vasto, importante e útil conjunto de informação subaproveitada.

Este é um ponto de vista que já defendemos noutros momentos (Marinho, 2007), em particular no que respeita às actividades de avaliação desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). A medição da situação profissional foi prevista no Guião de Avaliação que serviu de orientação para os trabalhos das Comissões de Autoavaliação dos vários projectos de Ensino, o que traduz que há, de facto, interesse pelo tema por parte dos decisores políticos, mas foi-o de forma muito genérica: cada grupo de trabalho deveria dar conta da “situação dos alunos que concluíram o curso, em termos de emprego (não estando disponível a informação sugere-se inquirido por amostragem junto dos alunos formados nos últimos anos e, neste caso, a apresentação será feita em percentagens)” (CNAVES, 2000). Os dados recolhidos no âmbito dos vários ciclos de avaliação não constituem, assim, base para um debate sustentado por três motivos, de diversa ordem: não se trata de uma avaliação sistemática; não existe uma metodologia comum e especificada para a recolha e tratamento dos dados; está presente um sentido político que não podemos ignorar, o que

acaba, necessariamente, por enviesar a interpretação dos dados. Acreditamos que, mais importante do que ordenar projectos de ensino em função da empregabilidade dos seus licenciados, seria caracterizar e discutir os modelos de formação que são tomados por referência pelos vários cursos e procurar perceber, entre outros aspectos, até que ponto poderão funcionar como variável explicativa dos padrões de integração profissional.

Esta relação entre ensino/formação e empregabilidade é uma condição essencial. Estudar o emprego dos licenciados em Comunicação/Jornalismo (ou, de resto, em qualquer outra área) sem procurar estabelecer uma relação com a formação poderá ser útil, mas será sempre francamente insuficiente e pouco proveitoso, do ponto de vista da relevância dos resultados e da capacidade de, a partir deles, mostrar, sugerir ou promover novos caminhos, propostas ou discussões. É desejável que o produto destas investigações seja consequente<sup>2</sup>, no sentido em que, tal como qualquer trabalho de pesquisa, deve reverter de alguma forma para a sociedade: cursos e universidades, estudantes, famílias e decisores políticos. Existem em Portugal um Observatório da Ciência e do Ensino Superior e um Observatório do Emprego e Formação Profissional, mas, tanto quanto pudemos verificar, estes organismos não cruzam os dados que recolhem.

Para o caso específico do estudo da formação e empregabilidade na área do Jornalismo (Comunicação), há diversas variáveis a considerar, devendo os resultados ser contextualizados a partir de indicadores nacionais e transversais. Seria importante acompanhar a evolução das vagas e a relação vagas/inscritos, para todos os cursos superiores que incluam a profissão de jornalista<sup>3</sup> como uma das suas saídas profissionais, e comparar esta curva com a evolução dos indicadores da empregabilidade para os licenciados desta área. Evoluem no mesmo sentido? São discordantes? Só assim poderemos perceber com clareza e de forma fundamentada se as universidades estão ou não a reagir ao mercado em termos da relação procura/oferta. Seria igualmente importante procurar ver se, havendo aumento do desemprego para os jornalistas, esse crescimento é feito à custa dos licenciados na área e, particularmente, daqueles que estão a entrar no mercado de trabalho. Outro importante contexto deve ser dado pelos indicadores do desemprego entre os licenciados a nível nacional e ainda pela comparação com outras áreas de formação. Os valores são aproximados? Que áreas exibem índices semelhantes ao do jornalismo/comunicação?

Reafirmamos que, em nosso entender, investigar a relação entre ensino e empregabilidade é um componente específico de uma lógica mais vasta – a da relação entre a Universidade e o Mercado –, um caminho que não tem sido fácil de percorrer, com críticas de ambos os “lados”. Pinto refere a existência de um “fosso entre o universo académico e o universo profissional” (Pinto, 2004: 55) e defende a “criação de uma modalidade de encontro e circulação nos dois sentidos, entre as instituições de formação e as redacções e empresas jornalísticas, envolvendo, de um lado, estudantes, professores e técnicos de apoio e, por outro lado, profissionais do jornalismo, responsáveis editoriais e gestores” (61). Também Fernandes (2007), que desenvolveu uma dissertação de mestrado que implicou um conjunto de entrevistas a jornalistas, acaba por reconhecer que “é possível afirmar que em Portugal (...) os profissionais ainda olham o mundo académico com

---

<sup>2</sup> Um exemplo muito simples desta relação entre ensino e empregabilidade, em que a segunda é vista pelo primeiro numa lógica tanto reactiva como pró-activa, poderia ser a criação de disciplinas de opção, em função de necessidades identificadas no mercado, por via da pesquisa. Ou seja, se há procura para jornalistas especializados em ambiente ou saúde, então poderá fazer sentido criar estas disciplinas de opção, enquanto tal se justifique.

<sup>3</sup> A Direcção de Serviços de Estatística e de Indicadores do Observatório da Ciência e do Ensino Superior tem dados publicados sobre esta matéria OCES, 2007, mas a informação está organizada em função das áreas de formação definidas pela “Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação”, aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março). Por esse motivo, temos informação sobre a área em que o Jornalismo e a Comunicação estão incluídos (Ciências Sociais, Comércio e Direito), mas não conseguimos perceber qual o peso específico da área que nos interessa. A verdade é que, de acordo com estes dados, apesar de a área de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” ser uma das duas que tem maior peso no período 1997/1998 – 2005/2006, tem, ao longo do mesmo limite temporal, um decréscimo de 20% na oferta de vagas.

alguma desconfiança. Estes últimos, apesar de organizarem uma série de palestras e outros eventos, parecem não tomar em consideração as conclusões que deles fazem e que são produzidas com o auxílio dos profissionais” (Fernandes, 2007: 153).

Parece desenhar-se um caminho de convergência, que aponta para a necessidade de auscultar os diversos actores que participam nos processos de formação e integração profissional em jornalismo, no sentido de articular as suas opiniões e percepções. Quando falamos de actores no processo, referimo-nos aos docentes e formadores, estudantes, jornalistas, com e sem cargos de direcção, os empregadores, os sindicatos e organizações profissionais. Finalmente, a sociedades civil e os cidadãos, através do seus representantes, que podem ser políticos, comentadores, responsáveis por instituições de relevo ou pessoas cujas opiniões têm um grande raio de difusão, logo têm a capacidade e responsabilidade de influenciar a opinião dos outros.

Estes são, acreditamos importantes desafios, a par de outros, que ganham cada vez mais relevância no contexto das mudanças que têm ocorrido no campo dos media e do jornalismo, suscitadas, em grande parte, por alterações nos campos económico e tecnológico, e os projectos de ensino terão de reflectir sobre a redefinição (ou não) do seu papel, num contexto de tão rápidos desenvolvimentos, uma posição que temos já vindo a defender (Marinho, 2006; Marinho, 2007). No caso português em particular, às mudanças no exercício da profissão juntam-se outras, de natureza diversa. De entre estas, destacamos as alterações legislativas nos sectores do Trabalho, do Ensino Superior<sup>4</sup> e a própria revisão do Estatuto do Jornalista, que fez reacender a polémica sobre as condições de acesso à profissão, com todas as implicações que têm produzido e continuarão a produzir ao nível da formação, das práticas profissionais e do funcionamento das próprias organizações/redacções.

As implicações deste cenário de mudança são muitas e não é este o lugar para as discutir. Queremos apenas referir a posição de Graça (2007), ao associar esta questão a uma outra que acabámos de anotar: o acesso à profissão. Defende a autora que “a ausência de um sistema sério de regulação na entrada e no exercício da actividade surge-nos como um factor que interfere com uma nova ordem economico-tecnológica, que tem vindo a desarrumar o meio jornalístico e a implicar crescentes problemas de identidade profissional nos jornalistas.” (Graça, 2007: 112)

O problema do acesso à profissão é complexo e interessa-nos referi-lo aqui apenas no sentido em que, por vezes, é apontado como uma das razões para os problemas de empregabilidade no sector. Segundo esta lógica, havendo restrições à entrada, nomeadamente através da exigência de formação superior na área do Jornalismo/Comunicação, haveria mais espaço para os diplomados exercerem a sua profissão. Adiante expomos as razões para termos algumas reservas em relação a esta argumentação.

Lembramos apenas o processo de revisão do Estatuto do Jornalista que ainda decorre, em que se pretendeu alterar precisamente as regras de acesso à profissão, prevendo que passe por uma “habilitação académica de nível superior”<sup>5</sup>. A 3 de Julho de 2006, o Sindicato dos Jornalistas emiteu uma posição<sup>6</sup> sobre a matéria, defendendo que “a rigidez imposta pela redacção proposta pode ser um factor de impedimento de acesso à profissão de pessoas cujos conhecimentos e até

---

<sup>4</sup> No caso concreto do Ensino Superior, são várias as transformações, desde a reestruturação dos cursos em função da Declaração de Bolonha, até à criação da Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior, passando pelo novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Relativamente a este último, recordamos apenas que, no seu artigo 159.º define que uma das informações que deverão constar no Relatório Anual de actividades de cada instituição diz respeito à empregabilidade dos seus diplomados. Poder-se-á especular se, no futuro, este não será um critério adoptada pela tutela na hora de decidir o financiamento de cada instituição.

<sup>5</sup> PL 211/2005, disponível em [http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/973C87CD-4759-4A3F-8697-D9A20F01BB38/0/Prop\\_Estatuto\\_Jornalista.pdf](http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/973C87CD-4759-4A3F-8697-D9A20F01BB38/0/Prop_Estatuto_Jornalista.pdf)

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=4795&idselect=539&idCanal=539&p=0>

competências tenham sido adquiridos por outras vias” e lembrando que “a história do Jornalismo está recheada de eloquentes exemplos de grandes profissionais sem habilitações superiores”. Contudo, o Sindicato assume também que “esta reserva não obsta à afirmação de uma posição muito clara quanto à capacitação específica que o SJ tem defendido para o acesso à profissão”.

Também a ERC emitiu um parecer<sup>7</sup> sobre este assunto:

*“O ‘fechamento’ do acesso à actividade jornalística daí resultante, ao elevar o nível de qualificação, acompanha a evolução do perfil social das novas gerações de jornalistas, o que não pode deixar de aplaudir-se. Contudo, a especificidade da situação portuguesa, nomeadamente, a tardia democratização do ensino superior, aconselhariam que se mantivesse, no novo estatuto, a possibilidade de acesso à profissão de pessoas sem habilitação superior, mediante critérios a estabelecer e apreciação, em concreto, da Comissão da Carteira Profissional.”*

Parece-nos que, ainda que com reservas face à especificidade do caso português, ambas as instituições aparentam ser a favor do aumento progressivo das habilitações, desde que isso não resulte num fechamento absoluto do acesso, de tal forma que se deixe de contemplar situações excepcionais. Na verdade, com excepção destas duas tomadas de posição, podemos dizer que a questão do acesso à profissão nem sequer foi das que mais polémica suscitou entre jornalistas e a opinião pública, pelo menos a julgar pelo que foi publicado e difundido pelos órgãos de comunicação, que privilegiaram as questões do sigilo profissional, das sanções disciplinares e dos direitos de autor. Por isso, com alguma surpresa, verificamos que, por ocasião do veto presidencial ao diploma do Governo, em Agosto passado, uma das reservas apontadas por Cavaco Silva tenha sido precisamente esta, tendo declarado apenas que é “pouco compreensível que o estabelecimento de um requisito que, por si só, não parece garantir a priori uma maior qualidade ou aptidão para o exercício específico da profissão de jornalista” (Público, 4 de Agosto de 2007). Continua, pois, em aberto este processo, que não cabe discutir no âmbito desta comunicação, já que a sua introdução neste debate pretendeu apenas pontuar a possível relação entre empregabilidade e acesso à profissão.

O principal tópico que abordámos nesta secção – a relação necessária entre ensino e empregabilidade (no quadro da ligação entre a Universidade e o Mercado), num cenário de mudança no campo do jornalismo – é um entre vários possíveis quando se discute a situação profissional dos licenciados em Jornalismo/Comunicação. Pelos motivos apontados, parece-nos especialmente relevante. Na próxima parte, apresentamos discutimos os dados da investigação conduzida sobre a empregabilidade dos licenciados em Comunicação Social (da especialidade de Jornalismo) pelo Minho.

## **2 – O percurso profissional dos licenciados em jornalismo e comunicação: o caso da Universidade do Minho**

No caso da Universidade do Minho, a avaliação da empregabilidade das suas licenciaturas, incluindo a de Comunicação Social, foi sendo realizada no quadro do trabalho desenvolvido pelo CNAVES, ao qual nos referimos anteriormente. Neste âmbito, o Inquérito aos Licenciados da Universidade do Minho foi aplicado aos ex-alunos do curso de Comunicação Social entre os anos 1998 e 2003, por solicitação da Reitoria, com o objectivo de dar conta da sua situação e trajectórias académica e profissional, mas também da avaliação subjectiva da licenciatura e da Universidade.

<sup>7</sup> Disponível em [http://www.clubedejornalistas.pt/Portals/57ad7180-c5e7-49f5-b282-c6475cdb7ee7/ERC\\_parecer2-2006%5B1%5D.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/Portals/57ad7180-c5e7-49f5-b282-c6475cdb7ee7/ERC_parecer2-2006%5B1%5D.pdf)

No caso do trabalho que aqui apresentamos, resulta de uma parceria logística com a AAEUM e procura medir as principais características da empregabilidade dos licenciados da especialidade de Jornalismo do Minho, bem como as suas percepções sobre matérias como a qualidade do ensino que frequentaram e o exercício da profissão, para o período 2003-2006. Esta é uma abordagem preliminar ao problema da integração profissional dos estudantes de Jornalismo, o que explica a dimensão do inquérito que, para já, incorpora apenas as variáveis essenciais, como explicaremos de seguida com mais pormenor.

### 2.1 – Breves considerações sobre as opções metodológicas

A Licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho (futuro 1.º ciclo em Ciências da Comunicação, já a partir do ano lectivo 2007/2008) tem 5 anos de duração: os dois primeiros são de formação comum nas áreas das Ciências Sociais e Humanas e os três últimos mantêm um tronco comum, mas implicam já a opção, numa lógica de afunilamento, por um dos ramos de especialidade: Publicidade, Relações Públicas, Produção e Realização Audiovisual e Jornalismo.

Fizeram parte da nossa amostra apenas os alunos da especialidade de Jornalismo, ou seja, os que realizaram o seu estágio curricular nesta área. Visto que esta informação não está acessível, acabaram por ser contactados estudantes de outras especialidades, tendo as suas respostas sido retiradas do conjunto de respostas válidas. Também por este motivo, fomos obrigados a fazer um cálculo do tamanho da amostra absolutamente intuitivo, a partir do *numerus clausus* da licenciatura (60)<sup>8</sup>. Significa isto que integraram amostra 30 licenciados por ano (2003, 2004, 2005 e 2006), num total de 120. Tendo em conta que, no período em análise, pediram o seu diploma em Comunicação Social, na Universidade do Minho, 288 estudantes deduz-se que a amostra é constituída por 42% dos licenciados, o que revela um peso considerável da especialidade de Jornalismo, que pode ser ainda mais notável, se tivermos em conta que a inquirição parou logo que se atingiu 30 contactos válidos.

Os indivíduos foram inquiridos por entrevista telefónica a partir de um questionário estruturado e, em diversos casos, foi necessário mais do que um contacto. Tratou-se de um questionário constituído maioritariamente por perguntas de resposta fechada<sup>9</sup>. A duração aproximada das entrevistas foi de 7 minutos e foram todas realizadas durante o mês de Maio de 2006. Trata-se, por conseguinte, de uma amostra não-probabilística, acidental, o que não permite a generalização estatística dos dados para a população. Acreditamos, todavia, que estamos perante uma amostra representativa e que os resultados dão uma imagem muito aproximada dos licenciados da especialidade de Jornalismo do curso de Comunicação Social do Minho.

A escolha do ano de 2003, como referência para o início da pesquisa, prende-se com o facto de este ano ser comumente apontado como o ano do “início da crise” no sector dos media. De maneira a obtermos dados mais seguros que confirmassem esta noção, recorremos a uma Cronologia de Acontecimentos sobre os Media, compilada no âmbito do projecto Mediascópio<sup>10</sup>, e foi, de facto possível verificar a predominância de ocorrências associadas a despedimentos de jornalistas e encerramento de empresas, nos anos 2003 e 2004.

<sup>8</sup> Optámos por não tomar por referência o número de licenciados por ano, pelo facto de poderá haver factores extraordinários a contribuir para o aumento do número de licenciados num dado ano, o que acabou por se verificar, no ano de 2006. Neste ano licenciaram-se 80 estudantes, um número superior ao habitual, por força, acreditamos, da antecipação da reestruturação do curso em função da Declaração de Bolonha. Vários estudantes optaram por terminar o curso antes do processo de mudança. A título informativo, foi esta a distribuição do total de licenciados por ano, no período em análise: 68 em 2003; 75 em 2004; 65 em 2005; e 80 em 2006).

<sup>9</sup> As questões de resposta aberta (motivos para escolher ou não o mesmo curso e competências mais importantes para exercer jornalismo actualmente) foram tratadas a partir de uma análise de conteúdo, da qual emergiu um conjunto de categorias (categorização a posteriori), seguindo-se uma simples contagem de ocorrências.

<sup>10</sup> Este projecto é desenvolvido, com o apoio da FCT, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, na Universidade do Minho.

## 2.2 – O caso do Minho: evolução e tendências

A monitorização da empregabilidade não é novidade nesta licenciatura. Por este motivo, seria interessante ter a possibilidade de traçar a evolução das variáveis estudadas<sup>11</sup>, de 1998 (o primeiro ano monitorizado pela Associação dos Antigos Estudantes) a 2006 (o último ano por nós auscultado). Não é, contudo, possível delinear este percurso, porque a população estudada não foi a mesma em ambos os casos: enquanto que o nosso objectivo foi o de caracterizar a empregabilidade dos licenciados da especialidade de Jornalismo, na outra situação foram inquiridos antigos estudantes das várias especialidades (sem que esta variável tenha sido sequer incluída), já que o propósito era o de analisar a Licenciatura em Comunicação Social.

O trabalho de investigação e análise dos dados foi orientado por duas hipóteses centrais:

1. Por um lado, antecipamos um cenário de crescente precarização. Isto significa que esperamos que, de ano para ano, aumente o número de licenciados desempregados; cresçam os contratos precários (termos certo e recibos verdes); e estagnem ou decresçam os salários.
2. Acreditamos que haverá relação entre a situação laboral dos licenciados e a sua opinião sobre a formação que receberam na Universidade, de tal forma que os indivíduos com situação laboral activa tenderão a reafirmar mais do que os desempregados a sua escolha da licenciatura que frequentaram.

Como explicámos, estas hipóteses serão aferidas apenas ao nível da amostra, já que não é possível generalizar os resultados para a população, através de testes de hipótese.

A amostra é constituída por 102 mulheres e 18 homens, num total de 120 licenciados. Esta disparidade é típica das licenciaturas em Comunicação e Jornalismo, e do curso do Minho em particular, como atestam, de resto, os dados recolhidos em anos anteriores pela Associação de Antigos Estudantes<sup>12</sup>.

Como se pode ver na Tabela 1, quanto à Situação Laboral, há 79% de empregados e 21% de desempregados, quando consideramos a amostra no seu conjunto, sem entrar em linha de conta com a variação por ano. Os valores do último ano (2006) parecem indiciar uma tendência de precarização que, todavia, teria de ser confirmada em estudos subsequentes.

|                     |      | Situação Laboral |              | Total |
|---------------------|------|------------------|--------------|-------|
|                     |      | Empregado        | Desempregado |       |
| Ano de<br>Conclusão | 2003 | 26               | 4            | 30    |
|                     | 2004 | 23               | 7            | 30    |
|                     | 2005 | 26               | 4            | 30    |
|                     | 2006 | 20               | 10           | 30    |
| Total               |      | 95               | 25           | 120   |

Tabela 1 - Situação Laboral dos licenciados em Comunicação Social pela Universidade do Minho (especialidade de Jornalismo)

<sup>11</sup> Há variáveis em comum entre a monitorização realizada, entre 1999 e 2003, pela Associação dos Antigos Estudantes da Universidade do Minho, e a nossa investigação, nomeadamente a situação laboral, o vínculo contratual, o rendimento ou a área em que exercem a profissão (da licenciatura ou não).

<sup>12</sup> *Inquérito aos Licenciados da Universidade do Minho 1998-2002, 2003; Inquérito aos Licenciados da Universidade do Minho 1999-2003, 2004).*

A Tabela 2 aprofunda a informação anterior, ao especificar a área de trabalho (na licenciatura ou fora dela) daqueles que se encontram a exercer uma actividade profissional. Os números são animadores, se considerarmos que 81% dos que trabalham, fazem-no na área da licenciatura, mas convém frisar que, para este fim, estamos a considerar como referência o global da Licenciatura em Comunicação Social. Ou seja, se um dos respondentes exercer uma profissão no âmbito das Relações Públicas, é anotado como trabalhado na área. No que toca aos que não trabalham na área da licenciatura, são diversas as respostas: formação, seguros, restauração, banca, comercial, gestão, turismo ou aviação.

Poder-se-á, no futuro, examinar com mais detalhe esta questão, distinguindo entre a “área da especialidade” e “área da licenciatura”, de maneira a ter uma ideia mais concreta da empregabilidade na profissão de jornalista. Não vemos, apesar de tudo, que o exercício na área da licenciatura seja necessariamente um *handicap*, podendo ser visto como um sinal de versatilidade e capacidade de adaptação dos licenciados, em resultado da formação transversal que receberam. Esta é uma avaliação da situação actual dos inquiridos, que não entra em linha de conta com o percurso profissional, que será tratado mais abaixo.

|  | Ano de Conclusão | Área Laboral         |            | Total |
|--|------------------|----------------------|------------|-------|
|  |                  | Área da Licenciatura | Outra Área |       |
|  | 2003             | 21                   | 6          | 27    |
|  | 2004             | 17                   | 6          | 23    |
|  | 2005             | 22                   | 2          | 24    |
|  | 2006             | 15                   | 4          | 19    |
|  | Total            | 75                   | 18         | 93    |

Tabela 2 - Inquiridos por “Ano de Conclusão” e exercício da profissão na “Área da Licenciatura”

Em relação ao “Tipo de Contrato” que rege o exercício da profissão, apenas 10% declaram trabalhar com um “Contrato Permanente”. Há 48% na situação de “Contrato a Termo Certo” e uns relevantes 46% na categoria “Outro”, que incluiu as condições de “Estágio Profissional” e “Recibos Verdes”. No que toca à remuneração (vencimento mensal líquido), 36% ganham entre 500 e 750 euros; 31% auferem salários situados entre 750 e 1000 euros; 21% recebem 350 e 500 euros e apenas 12% declaram ganhar mais de 1000 euros. Significa isto que 57% dos inquiridos têm um salário inferior a 750 euros.

Uma das questões colocadas procurava aprofundar o exercício do jornalismo como profissão, terminada a licenciatura. A análise das respostas revela que 57% dos inquiridos trabalharam num órgão de comunicação social, 33% nunca exerceram profissionalmente o jornalismo e 10% não responderam. Dos que trabalharam num órgão de comunicação social, 32% fizeram-no na imprensa, 29% na televisão, 28% em media locais/regionais e 5% na rádio.

A maioria dos inquiridos (76%) dizem que voltariam a escolher o mesmo curso (Comunicação Social na Universidade do Minho) e apresentam como motivos o gosto pelo curso/área (70%) e a vocação (4%). Apenas um inquirido aponta como razão a “abrandamento do curso”. Para os que dizem que não voltariam a fazer a mesma opção (12%), a principal causa é a falta de saídas profissionais (13%), registando a “baixa remuneração” e o “curso muito teórico” uma escolha cada. Há 12% de inquiridos que dizem não saber se escolheriam esta licenciatura e 11% não respondem.

Quanto às competências que os respondentes consideram serem as mais importantes para exercer actualmente jornalismo, são, por ordem decrescente: disponibilidade (22%); dinamismo/iniciativa (12%); criatividade (10%); rigor/isenção/imparcialidade (8%); capacidade de comunicação/relacionamento (7%); boa expressão escrita (6%); observação/curiosidade/atenção



(“perceber o mundo”) (6%) e a prática (5%). Com frequência abaixo de 5%, registaram-se ainda: espírito de equipa; vocação; sentido de responsabilidade; garra/força de vontade; cultura gera; empenho; espírito de missão; espírito crítico; ou ainda o surpreendente “não sei”, já que, à partida, pensaríamos que esta uma questão sobre a qual um licenciado no mercado de trabalho teria certamente pensado.

Em termos muito breves e elementares, e a partir dos resultados desta amostra, podemos dizer que os licenciados em Comunicação Social da especialidade de Jornalismo, para o período em questão, são maioritariamente mulheres a exercer uma actividade profissional na área da Licenciatura, com um contrato precário a ganhar menos de mil euros. Pouco mais de metade trabalharam num órgão de comunicação social depois de acabarem o curso e três quartos voltariam a escolher a mesma licenciatura.

Feita a caracterização da amostra, a apresentação e discussão dos resultados será agora guiada pelas hipóteses anteriormente propostas: a precarização do emprego e o peso da situação laboral na opinião sobre a formação.

Quanto à existência de um cenário cada vez mais precário ao nível do exercício da profissão de jornalista, optámos por cruzar a variável “Ano de Conclusão”, que nos dá a dimensão temporal, com as variáveis que avaliam a “qualidade” do emprego: situação laboral (ver Tabela 1); área de emprego; tipo de contrato; e vencimento líquido. Quanto à relação entre “Ano de Conclusão” e “Situação Laboral”, obtivemos um Qui-quadrado de 5, com o V de Cramer igual a 0,2, o que significa que estas variáveis estão relacionadas na amostra, embora se trate de uma relação fraca. A própria observação dos dados indiciava esta intensidade de relação, tendo em conta a recuperação de 2004 para 2005 (ver Tabela 1). Se, numa futura análise, considerarmos apenas os anos de 2003 e 2006, poderemos vir a verificar uma maior intensidade.

Quanto à relação entre “Ano de Conclusão” e “Área de Emprego” (área da licenciatura ou não), “Tipo de Contrato” e “Vencimento Líquido”, não é possível calcular o Qui-quadrado, por haver células de valores esperados com frequência inferior a 5<sup>13</sup>. Enquanto que no caso da “Área de Emprego” não é sequer possível observar uma tendência pela observação e comparação dos dados, relativamente ao “Tipo de Contrato” podemos verificar uma certa tendência para o aumento sucessivo do peso da categoria “Outros” (30%, 42% e 68%), aparentemente à custa dos “Contratos e Termo Certo”, o que pode ser interpretado como um indício de precarização. Também no caso do “Vencimento Líquido”, importa anotar que, no ano de 2006, nenhum respondente declara ganhar mais do que 1000 euros, tendo aumentado a categoria imediatamente inferior.

No que respeita à hipótese de uma crescente precarização das condições laborais na profissão de jornalista, parece podermos dizer que os dados recolhidos apontam, de facto, nesse sentido, mas teremos de confirmar estas tendências com o prosseguimento do estudo ou com outras operações de análise dos dados.

A segunda hipótese de trabalho que enunciámos apontava no sentido de haver relação entre a “Situação Laboral” dos licenciados e a sua “Opinião sobre a Formação” que receberam, traduzida pela decisão de voltarem hoje a “escolher o mesmo curso”. A Tabela 3 resume os dados recolhidos.

---

<sup>13</sup> Para resolver esta dificuldade metodológica, teremos de aguardar pelo prosseguimento da investigação, o que fará aumentar o número de elementos da amostra ou, quando se justifique, poderemos proceder à agregação de categorias.

|                  |              | Escolha do Mesmo Curso |             |             | Total |
|------------------|--------------|------------------------|-------------|-------------|-------|
|                  |              | Sim                    | Não         | Não sei     |       |
| Situação Laboral | Empregado    | 77<br>81,1%            | 7<br>7,4%   | 11<br>11,6% | 95    |
|                  | Desempregado | 13<br>54,2%            | 7<br>29,2%  | 4<br>16,7%  |       |
| Total            |              | 90<br>75,6%            | 14<br>11,8% | 15<br>12,6% | 119   |

Tabela 3 – Inquiridos por “Situação laboral” e “Escolha do Mesmo Curso”

Também neste caso não foi possível calcular o Qui-quadrado, pelos motivos anteriormente aduzidos. Pela observação da Tabela 3 percebe-se que a percentagem dos que afirmam escolher o mesmo curso é claramente superior no caso dos inquiridos que se encontram a exercer uma profissão. Contudo, não é desprezar, em termos de reflexão, que aproximadamente metade dos licenciados desempregados afirme que repetiria a opção.

Pode afirmar-se, em termos gerais, que há uma tendência para a precarização do emprego entre os licenciados em Comunicação Social pela Universidade do Minho na especialidade de Jornalismo, observável a partir do crescimento do número de desempregados (13% em 2003 e 33% em 2006). Há um “agravamento” da situação de 2003 para 2004 (de 13% para 23%), seguindo-se uma recuperação, verificada em diversas variáveis (de 23% novamente para 13%).

Em nosso entender, estes resultados exigem alguma procura de explicações, para lá da possibilidade da precarização, que acreditamos ser real. É importante considerar, na discussão destes dados, o facto de os alunos licenciados em 2006 (o ano em se verifica a maior precarização, a vários níveis) estarem há muito pouco tempo no mercado de trabalho, o que pode ser uma explicação para o facto de viverem uma situação pior face ao emprego: mais desempregados, a ganhar menos, com contratos cada vez mais precários. A dimensão do percurso profissional poderá vir a alterar estes resultados, o que poderia ser aferido se o inquérito fosse repetido, por exemplo em 2009, para os licenciados em 2006, 2007 e 2008. Poder-se-ia, assim medir as alterações nas condições da situação laboral dos licenciados em 2006, “isolando” o peso da variável “percurso profissional” que, na prática, traduz-se no facto de, nesta profissão como em qualquer outra, a nossa trajectória profissional ou carreira ser, em princípio, evolutiva no sentido ascendente, não só pela experiência profissional e competências acumuladas, mas também pelos contactos e conhecimento do mercado, que nos permitem progredir numa mesma empresa/instituição ou mesmo mudar de emprego, para melhores condições (mobilidade).

Numa tentativa de contextualização dos resultados obtidos, solicitámos ao Observatório do Emprego e Formação Profissional dados sobre a situação de desemprego nas profissões do jornalismo<sup>14</sup>. De entre a informação obtida, destacamos alguns indicadores: o maior número de jornalistas desempregados registou-se em Abril de 2006 (925) e em Dezembro de 2003 havia 838 jornalistas sem emprego. Em Abril deste ano (2007), eram 772 os jornalistas inscritos nos Centros de Emprego e, destes 772, 528 (68%) têm habilitações literárias ao nível do Ensino Superior (podem ser ou não licenciados em Comunicação /Jornalismo).

São múltiplas as explicações para esta situação de desemprego entre os licenciados. Uns poderão apontar o facto de se tratar uma profissão de acesso aberto, o que significa que não é necessário ter formação superior para ser jornalista, o que, para alguns, configura uma situação de

<sup>14</sup> Para feitos de registo o Observatório do Emprego e Formação Profissional distingue as profissões “jornalista” e “repórter fotográfico”.

“concorrência” aos licenciados e, em particular, aos diplomados em Comunicação/Jornalismo. Se isto pode ser verdade, também é verdade que, cada vez mais as redacções são constituídas por jornalistas com formação superior e, também cada vez mais, na área da Comunicação/Jornalismo (Fidalgo, 2004)<sup>15</sup>. Em nosso entender, de certa forma, esta realidade invalida a “tese da concorrência”.

Outra explicação comumente apontada é a do desfasamento entre a oferta e a procura, no que toca à “produção” de licenciados em Comunicação/Jornalismo para o mercado de trabalho. Para avaliar esta hipótese de discussão ter-se-ia que observar a evolução da percentagem de desempregados licenciados em Comunicação/Jornalismo, cruzando esta informação com o número de licenciados em Comunicação/jornalismo por ano em todo o País, a par da consideração de outras variáveis como referimos da primeira parte desta comunicação.

Não estamos em posição de fazer previsões sobre esta matéria, por falta de dados e experiência, mas não descartamos a possibilidade de a reestruturação dos cursos à luz da Declaração de Bolonha vir a contribuir, inicialmente, para um agravamento da situação de duas formas diferentes. Uma, perfeitamente conjuntural, poder-se-á verificar ao longo dos próximos dois ou três anos, provocada por acréscimo anormal de licenciados, fruto dos planos de transição das “velhas licenciaturas” para os “novos primeiros ciclos”, o que fará com que haja dois ou três anos a terminarem o 1.º ciclo ao mesmo tempo. Se estes estudantes não optarem pelo prosseguimento de estudos no 2.º ciclo em regime exclusivamente dedicado ao estudo, entrarão no mercado de trabalho em número elevado. Outra questão, esta já estrutural, diz respeito ao “desaparecimento” generalizado dos estágios curriculares no 1.º ciclo de estudos, se tivermos em conta que estamos perante um mecanismo informal de recrutamento, como explica Fidalgo (2004): “na prática, os jornais, as rádios e as televisões acabam por testar os estagiários que recebem e, quando precisam de alargar os seus quadros, recorrem naturalmente a jovens candidatos à profissão que eles já conhecerem, que já integraram na cultura específica do seu projecto individual e de que podem seleccionar os melhores” (Fidalgo, 2004: 69). Esta matéria, a dos estágios curriculares, suscitou, ao longo dos últimos anos, desacordo e até alguma polémica entre Sindicato, Empresas e Universidades (Marinho, 2007b)

Estas são apenas algumas dos tópicos de uma discussão sobre o tema, que se quer urgente e fundamentada em dados actualizados e comparáveis, recolhidos ao nível nacional. Criar estas condições exigirá a definição de uma estratégia para futuro, que passe pela criação de um Observatório que avalie de forma contínua a empregabilidade e integração profissional dos licenciados em Jornalismo (ou da especialidade em Jornalismo dos cursos de Ciências da Comunicação).

### **3 – Uma estratégia para o futuro: observatório do ensino e empregabilidade**

A implementação de um Observatório dedicado ao tema do ensino e empregabilidade é uma iniciativa que defendemos já em outros contextos (Marinho, 2007a) e tem sido, de resto, apontada por outros autores, como Figueira e Granado (2007), que propõem como uma das medidas para a produção de um conjunto de regras que “dignifiquem o emprego e privilegiem a qualidade dos recursos humanos” a “criação do Observatório do jovem jornalista com a finalidade de seguir e estudar as tendências de emprego dos recém-licenciados e de informar as licenciaturas dos dados que vai recolhendo, para que estas os incorporem nas diversas medidas e opções que tomarem”

---

<sup>15</sup> Sobre esta matéria, relembramos o ainda os dados do II Inquérito aos Jornalistas Portugueses, orientado por José Luís Garcia, cujas conclusões foram apresentadas e discutidas no 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, que se realizou em 1998.

(137). Concebemos um Observatório que articule os temas do ensino e do emprego, à semelhança, por exemplo, do que acontece em Itália, com o Unimonitor (Mazza, 2007), e de base académica, para que seja mais fácil contornar alguma possível tendência para a utilização política dos resultados: não nos interessa estudar cursos, mas sim modelos de formação.

Trouxemos apenas algumas pistas para uma discussão em torno do tema mais vasto da integração profissional dos licenciados em Comunicação/Jornalismo, um aspecto que, em nosso entender, diz respeito tanto às Universidades e aos projectos de ensino como aos profissionais e empregadores, como defendemos na primeira parte desta comunicação. São, contudo, várias as interrogações suscitadas pela análise dos dados e pela sua discussão, mas também pelo acompanhamento da evolução destes temas ao longo dos últimos anos. Deixamos apenas três:

- Até que ponto é que os índices de empregabilidade podem ser considerados medidas de sucesso ou de qualidade de ensino?
- O que significa (ou que significados pode ter) “adequar” o ensino ao mercado de trabalho?
- Que papel podem (se é que devem) desempenhar as instituições de ensino na regulação da oferta e na promoção da empregabilidade?

Terminamos, reafirmando a necessidade de validar, com o prosseguimento da investigação e o cruzamento com dados de outras entidades, as orientações apontadas pelo nosso estudo, nomeadamente a tendência para a precarização, e convictos de que a relação entre a Universidade e o Mercado não só não está esgotada, como está até pouco ou nada explorada, que dever ser visto como uma oportunidade e não um constrangimento.

### Referências bibliográficas

- CNAVES (2000). *Processo de Avaliação do Ensino Universitário. Guião de Autoavaliação*.  
<http://168.144.195.227/cnaves1/avaliacao2.htm>.
- Fernandes, L. (2007). *Da Universidade às Redacções - caminhos para um melhor ensino público de Jornalismo*. Dissertação de Mestrado, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
- Fidalgo, J. (2004). "Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança", *Comunicação e Sociedade*, nº. 5: pp. 63-74.
- Figueira, J. e Granado, A. (2004). "Quem são, onde estão e o que pensam os licenciados em Jornalismo por Coimbra". *III SOPCOM*. Covilhã, 22 e 23 de Abril.
- Frost, C. (2007). "The development and integration of bachelor degrees in journalism into the training and recruitment of journalists in the UK", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 192-200.
- Graça, S.M. (2007). "Os problemas-chave de ingresso no jornalismo em Portugal", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 111-131.
- Inquérito aos Licenciados da Universidade do Minho 1998-2002 (2003)*. Braga: Associação dos Antigos Estudantes da Universidade do Minho.
- Inquérito aos Licenciados da Universidade do Minho 1999-2003 (2004)*. Braga: Associação dos Antigos Estudantes da Universidade do Minho.

- Marinho, J. e Silva, S.P. (2007). "Integração dos licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação nos mass media do Grande Porto", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 149-179.
- Marinho, S. (2006). "Reflexão sobre a necessidade de novo um paradigma para o ensino do Jornalismo: o caso da Universidade de Columbia". *II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia - Jornalismo e Actos de Democracia*. Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa, 13 de Novembro de 2006.
- Marinho, S. (2007). "Integração profissional e formação em jornalismo e comunicação: o caso da Universidade do Minho", *Congresso Internacional Premium – Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 13-33.
- Marinho, S. (2007a). "Integração profissional e formação em jornalismo e comunicação: o caso da Universidade do Minho", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 13-33.
- Marinho, S. (2007b). "A Formação em Jornalismo: sinais e problemas de um debate latente", Manuel Pinto e Sandra Marinho (ed), *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do séc. XXI - Cronologia e olhares sectoriais*, Porto: Campo das Letras, pp.
- Mazza, B. (2007). "Communication Sciences in Italy between specialized education and the labour market", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 139-148.
- OCES (2007). *Vagas versus Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez: de 1997-1998 a 2005-2006*. Lisboa: Direcção de Serviços de Estatística e de Indicadores do Observatório da Ciência e do Ensino Superior. [http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Vagasinscritos\\_vf.pdf](http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Vagasinscritos_vf.pdf).
- Pinto, M. (2004). "O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas", *Comunicação e Sociedade*, nº. 5: pp. 49-62.
- Sousa, L.N. (2007). "Processo(s) de transição ao trabalho: o caso dos diplomados em Comunicação da Escola Superior de Educação de Viseu", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 34-59.
- Túñez, M. e Garcia, X.L. (2000). *Condições laborais e actitudes profissionais nos medios de comunicación*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Túñez, M. et alii (2007). "Condições laborais, reputación e satisfacción profesional dos xornalistas", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 77-99.
- Túñez, M. et alii (2004). *Da Facultade ao Mercado Laboral: estudo e análise das saídas profissionais da licenciatura de Xornalismo (1995/2002)*. Santiago de Compostela: Facultade de Ciencias da Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela.
- Wanta, W. (2007). "Trends in journalism education in the US: collaborating with the news industry and other disciplines", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 180-191.